



## (RE)PENSANDO A FRONTEIRA NA CONTEMPORANEIDADE: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS CAMPONESAS NO NORTE DO TOCANTINS

Thayssllorranny Batista Reinaldo <sup>1</sup>  
Alexandra Maria de Oliveira <sup>2</sup>

### RESUMO

Diversos pesquisadores da geografia e de outras ciências têm se dedicado aos estudos a cerca da fronteira, que na contemporaneidade pode ter diferentes concepções e é estudada de uma maneira mais holística, para além das delimitações de um mapa. Passando a ser compreendida também enquanto um processo complexo e contraditório, envolvendo diferentes sujeitos sociais. Martins (2009) afirma que a melhor caracterização de um espaço fronteiriço é o conflito que nele ocorre. A última grande fronteira da América Latina é a Amazônia Legal, a qual o estado do Tocantins também faz parte. Trata-se de uma região estrategicamente pensada e que tem despertado interesses políticos e econômicos de capitalistas nacionais e estrangeiros. Uma situação antagônica que gera riqueza (capitalistas) e intensifica as desigualdades sociais (demais grupos sociais) e os conflitos no campo. Diante de tal situação, o objetivo deste artigo é revelar as resistências camponesas no norte do Tocantins, frente à expansão da fronteira agrícola sobre seus territórios, evidenciando também a situação de conflito no campo. Parte-se de uma análise qualitativa com utilização de Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa Documental. Os diferentes grupos sociais que compõem o campesinato regional do/no norte do Tocantins (área de espacialização desta pesquisa), vivenciam diferentes formas de violência (física e psicológica), relacionados diretamente aos conflitos agrários. E resistem como podem, seja pelo apoio dos movimentos sociais, quanto pela organização via associação e sindicatos, quanto pelo trabalho e ação coletiva.

**Palavras-chave:** Norte do Tocantins; Fronteira Agrícola, Camponeses, Conflito, Resistência.

### ABSTRACT

The Several geography researchers and other sciences have dedicated themselves to studies about the border, which now days can have different conceptions and is studied in a more holistic way, beyond the boundaries of a map. Starting to be understood as a complex and contradictory process, involving different social subjects. Martins (2009) says that the best characterization of a border space is the conflict that takes place. The last great frontier in Latin America is the Legal Amazon, which the state of Tocantins is also part. It is a strategically designed region that has aroused political and economic interests from national and foreign capitalists. An antagonistic situation that generates wealth (capitalists) and intensifies social inequalities (other social groups) and conflicts in the countryside. Faced with this situation, the aim of this article is to reveal the peasant resistance in the north of Tocantins, facing the expansion of the agricultural frontier over their territories, also highlighting the situation of conflict in the countryside. It starts with a qualitative analysis using Bibliographic Research and Documentary. The different social groups

<sup>1</sup> Doutoranda do Curso de Geografia da Universidade Federal do Ceará- UFC, [thayssuft@gmail.com](mailto:thayssuft@gmail.com);

<sup>2</sup> Professora Associada do Departamento de Geografia na Universidade Federal do Ceará- UFC, [alexandra.oliveira@ufc.br](mailto:alexandra.oliveira@ufc.br)



that make up the regional peasantry in/in the north of Tocantins (the special area of this research) experience different forms of violence (physical and psychological), directly related to agrarian conflicts. And they resist as they can, either through the support of social movements, or through the organization via association and unions, or through work and collective action.

**Keywords:** Northern Tocantins, Agricultural Border, Peasants, Conflict, Resistance.

## INTRODUÇÃO

Historicamente a região amazônica é conhecida pela abundante riqueza natural, mineral e cultural. Situação que despertou(a) interesses políticos e econômicos de capitalistas nacionais e estrangeiros, que reorganizam o território para atender as demandas do capital não levando em consideração a população local, o que contribuiu diretamente para a intensificação e aumento dos conflitos no campo (Martins, 2009).

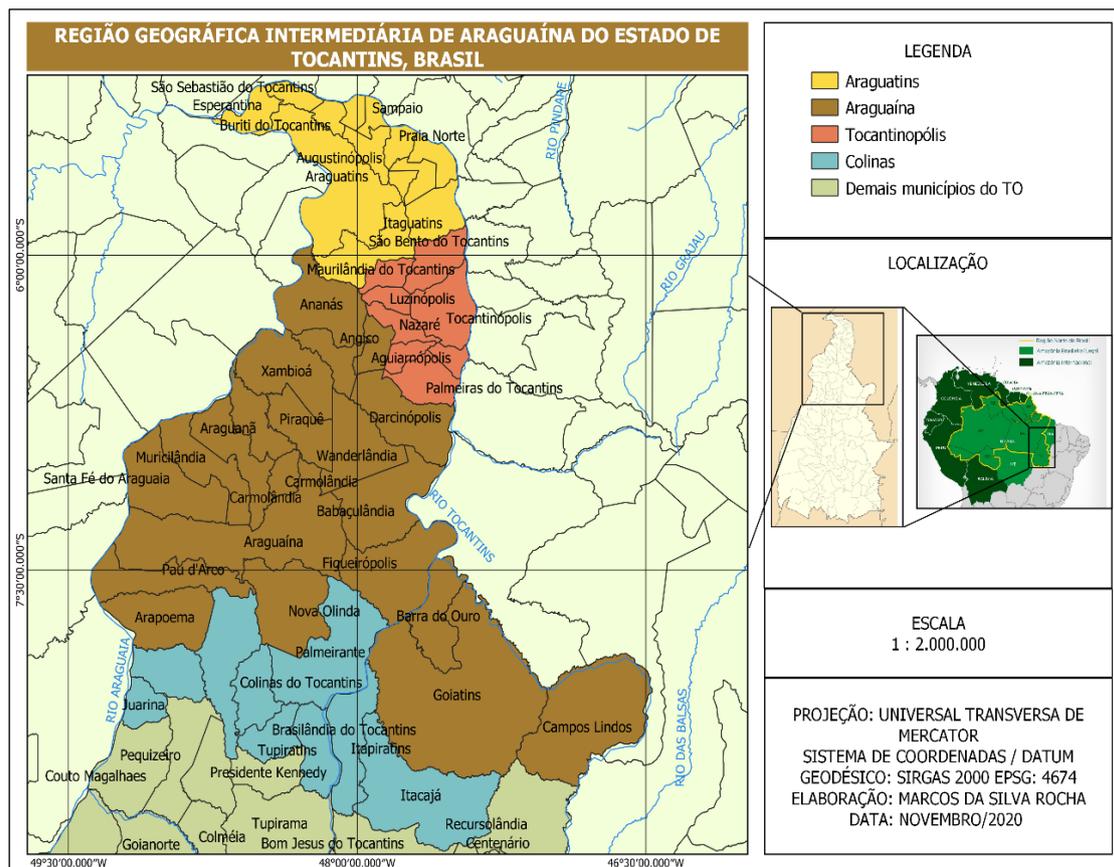
Os interesses políticos e econômicos sobre a região amazônica perduram desde o primeiro período da história brasileira, segundo Prado Junior (2004). Todavia, a segunda metade do século XX, foi decisiva para a abertura da região para o mercado global, com a chegada de empresas nacionais e multinacionais na região, apoiadas pelo Estado (Oliveira, 1981). Época marcada pela intensificação e criação de políticas e programas de ocupação na Amazônia Legal, que colaboraram diretamente com a expansão da Fronteira Agrícola e modernização do campo, dentre tais programas podemos citar o Programa de Integração Nacional (PIN), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos e Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados (PROTERRA).

O estado do Tocantins faz parte da Amazônia Legal, e as políticas de ocupação nessa região também fazem parte da realidade tocantinense, inclusive uma delas a construção da Rodovia Belém Brasília corroborou diretamente para a reorganização territorial do Norte Goiano, hoje atual estado do Tocantins. O trecho que passa dentro do Estado é chamado de BR-153, e antes da sua construção (década de 1950) a circulação de pessoas e mercadorias para outras regiões brasileiras se dava, sobretudo, pelos rios Tocantins e Araguaia. Com sua construção intensifica-se também a migração para a região.

A área de espacialização da pesquisa é a região Norte do Tocantins, nesse caso tem-se como referência a Região Geográfica Intermediária de Araguaína-TO, composta

pelas Regiões Geográficas Imediatas de Araguaatins, Araguaína, Tocantinópolis e Colinas, (Mapa 1), localizada em uma área de transição entre os Biomas Cerrado e Amazônia, rica em biodiversidade, recursos hídricos e que vive uma série de conflitos socioterritoriais<sup>3</sup> envolvendo a luta pela terra.

**Mapa 1** – Localização da área de estudo, Norte do Tocantins (Brasil)



Elaboração: Marcos Rocha da Silva, 2020.

Por se tratar de uma região complexa, composta de diferentes realidades sociais e econômicas, esse artigo tem por objetivo revelar as resistências camponesas no norte do Tocantins, frente à expansão da fronteira agrícola sobre seus territórios, evidenciando também a situação de conflito no campo. Em relação aos recursos metodológicos, trata-se de uma análise qualitativa com utilização de Pesquisa Bibliográfica (teses, dissertações, artigos científicos e livros) e Pesquisa Documental (sites: Comissão da

<sup>3</sup> Conflitos sócio-territoriais aqui estão sendo descritos tendo por base os relatórios da CPT que estabelecem e analisam os conflitos no campo. Para a composição dos relatórios, os organizadores classificam os conflitos a partir dos temas terra, água, trabalho, violência e manifestações (WELCH, 2012).



Pastoral da Terra (CPT), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dentre outros), pesquisa de campo nos municípios de Campos Lindos (TO), Palmeirantes (TO) e Tocantinópolis (TO). Os dados coletados foram organizados também em forma de tabelas e gráficos.

O trabalho está estruturado em dois momentos de discussão. Primeiramente com o Referencial Teórico, o qual discute o surgimento do conceito Fronteira, sua modificação ao longo do tempo e do espaço e suas definições, e apresenta algumas das políticas, e programas de ocupação da Amazônia Legal, na segunda metade do século XX, e sua relação com a expansão da fronteira agrícola.

O segundo momento “Resultados e Discussão”, discute a expansão da fronteira agrícola no norte do estado do Tocantins, tecendo considerações sobre a produção de soja, a pecuária, os conflitos agrários e a resistência dos diferentes grupos sociais que compõem o campesinato regional. E por fim vem as considerações finais.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Na era em que as inovações tecnológicas por meio das técnicas ultrapassaram os limites físicos territoriais, e estar presente fisicamente já não é necessário para comandar e organizar um território, as fronteiras que outrora eram concebidas somente como divisão política administrativa territorial já não se sustentam, e repensá-las é essencial, sobretudo na ciência geográfica. Nesse caso, o próprio evoluir das tecnologias e das modificações, políticas, sociais, ideológicas e capitalistas das diferentes sociedades que ocupam o planeta Terra, contribuíram direta ou indiretamente para (re)pensar o conceito de fronteira. A este respeito, Becker (2015a, p. 374) é precisa ao afirmar que,

A fronteira não pode ser mais pensada exclusivamente como franjas do mapa em cuja imagem se traduzem os limites espaciais, demográficos e econômicos de uma determinada formação social. Uma nova definição de fronteira mais abrangente torna-se necessária, capaz de captar sua especificidade - como espaço excepcionalmente dinâmico e contraditório - e a relação desta com a totalidade de que é parte.

Corroborando com esse pensamento, Hissa (2006) é categórico ao destacar que existem diferentes olhares e conceituações sobre a temática fronteira, algo ligado diretamente ao interesse e objetivo do pesquisador. Além disso, estudiosos de diferentes ciências (geógrafos, historiadores, sociólogos, economistas dentre outros) têm se



esforçado para entender e contribuir na discussão dos estudos fronteiriços, entre eles Becker (1994), Martins (1996, 2009), Machado (1992), Ferrari (2014).

Dentre as diferentes formas de ver e conceber a fronteira, têm Martins (2009, p. 1) que a compreende como “ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos e por diferentes grupos humanos”. Para ele, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade e o que mais a caracteriza é a situação de conflito social. Ela é criada “pela expansão territorial do grande capital e da sociedade civilizada”, sendo constantes os conflitos entre camponeses, fazendeiros, índios não-índios, ou seja, entre os diferentes grupos sociais que ocupam o território e lutam pela permanência nele. O pesquisador estuda e entende a fronteira a partir de duas designações: a frente pioneira (ligada à dimensão da reprodução do capital e da conversão da terra em mercadoria) e à frente de expansão (lógica inversa ao capital, direcionada à população que vive à margem do sistema capitalista, que tem a terra como meio de sobrevivência e para o sustento da família), ambas designações são formas de ver e compreender a fronteira. Algo mais direcionado ao interesse e perspectiva do pesquisador.

Para Martins (1993, 2009) é na fronteira que se encontra o humano no seu limite histórico. Para ele, a última grande fronteira da América Latina, é a Amazônia (em especial a Amazônia brasileira) que tem sido foco de conflitos, tensões entre os residentes do lugar, migrantes e capitalistas. É no estranhamento, na chegada do “estranho” que se insere o processo da fronteira. Os territórios que têm sido disputados entre o “eu” (o do lugar) e o “outro” (os de fora), que muitas vezes são a própria modernização, as ações políticas, o Estado, os grandes proprietários): no caso da frente pioneira (Martins, 1993).

Para Machado (1992) a fronteira é um espaço que viabiliza o novo (formas de ocupação, usos da terra) mediado pela ação do Estado e do setor privado. Sua pesquisa foi desenvolvida na região amazônica e sobre o papel do estado na (re)organização territorial da região.

Já na visão de Silva (2007) a fronteira é resultado das contradições socioespaciais de reprodução da sociedade capitalista. “A busca de novas áreas por produtores e empresas no interior do país reflete processos de exclusão social, reprodução ampliada do capital, inserção precária de grupos sociais e difusão de valores culturais e ideológicos” (SILVA, 2007, p. 285). A fronteira é reflexo da sociedade e tem também uma dinâmica interna própria, assentada principalmente nas relações capitalistas.

Em uma breve revisão histórica acerca do surgimento dos estudos fronteiriços,



Ferrari (2014) pontua que os primeiros registros que se têm da utilização da palavra fronteira ocorreram na França, no século XIV, sua origem estava diretamente relacionada ao universo militar (*front e/ou frontiere*), conquista territorial e estabelecimento de limites. Já o debate contemporâneo da fronteira emerge centrado na Europa enquanto limite político territorial. Todavia, no século XIX o historiador estadunidense Frederick Jackson Turner (1861-1932) propôs a partir de sua tese de doutorado sobre o oeste americano, um novo ponto de vista sobre a temática. Para ele, a fronteira seria o lugar onde nascem o território e a identidade (americana), não seria algo físico (como a delimitação de um mapa) e sim uma frente pioneira em expansão (uma fronteira em movimento). Os estudos de Turner repercutiram por todo continente americano, inclusive no Brasil.

Os estudos acerca da fronteira no Brasil perpassam pelos debates em torno da região amazônica, considerada inclusive por Martins (2009) como a última grande fronteira da América Latina, despertando assim interesse políticos e econômicos nacionais e estrangeiros. Nesse contexto, Becker (1990) elucida que se trata de uma região rica em recursos naturais e minerais.

Uma fronteira gigantesca. Porção equatorial e mais larga do território brasileiro, a Amazônia participa da massa continental sul-americana. Vista a partir dos cosmos, a Amazônia sul-americana corresponde a 1/20 da superfície terrestre, 2/3 da América do Sul, 3/5 do Brasil, contém 1/3 da disponibilidade mundial de água doce e 1/3 das reservas mundiais de florestas latifoliadas, mas somente 3,5 milésimos da população mundial. Definida pela fantástica massa florestal, a Amazônia sul-americana com 6.500.000km<sup>2</sup> envolve além do Brasil sete países fronteiriços e o Equador. O Brasil possui 63,4% da Amazônia sul-americana, e a Amazônia brasileira corresponde a mais da metade do território nacional. Estendendo-se até os Estados do Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão, ela não se confunde com a região Norte, que é uma divisão político-administrativa para fins censitários. (BECKER, 2015, p. 9)

Uma região tão rica e tão desigual como aponta Porto-Gonçalves (2005), composta por diversas realidades e diferentes grupos sociais. Inclusive a segunda metade do século XX, foi marcada pela ocupação e abertura econômica da região amazônica ao mercado internacional. É nesse contexto, que Becker (2015, p.11) aponta que “a fronteira amazônica só pode, portanto, ser compreendida a partir da inserção do Brasil no sistema capitalista global do pós-Segunda Guerra Mundial”, e também por meio da integração nacional que ocorreu alicerçada pelo Estado brasileiro, que forneceu condições para que muitas empresas nacionais e internacionais investissem na região, o que por outro lado



também gerou intensos conflitos regionais. Pois, ao mesmo tempo que os interesses capitalistas avançavam as populações locais em sua maioria, perdiam seus territórios e precisavam lutar e resistir frente aos que chegavam impondo sua lógica capitalista de produção.

A ocupação da região amazônica com o apoio do Estado ocorreu pautada segundo Becker (1994) na tese dos espaços vazios, que é na verdade um mito, pois não levaram em consideração as populações locais que já viviam há várias gerações na região, dentre elas os povos originários. Ademais, Becker (1982) pontua que os principais elementos usados pelo Estado no processo de ocupação da Amazônia Legal, região estrategicamente criada em 1953 por intermédio da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), foram: a integração física (abertura de rodovias); a integração psicossocial, com destaque para influência ideológica do Estado (redes de telecomunicações, levando valores do centro do País para a periferia: a região amazônica era considerada periférica por seu “atraso econômico”); a força política atuando diretamente no processo de ocupação e reorganização do território. A este respeito, Machado (1992) afirma que era um momento que também se dava a expansão da fronteira agrícola na região, com toda sua tecnologia e interesses capitalistas.

A fronteira agrícola capitalista brasileira é um processo que reflete e condiciona a (re)produção de um espaço geográfico através da incorporação de terras e mão de obra em áreas selecionadas pelas forças sociais representantes do processo de reprodução do capital em direção a espaços até então periféricos e marginalizados (SILVA, 2006, p. 2).

O avanço da fronteira agrícola na região amazônica intensificou diretamente o conflito com a população local, pois a concentração de terras nas mãos de uma minoria (latifundiários) ficou ainda mais evidente, como bem apontou Oliveira (1994) na obra “A geografia das lutas no campo”, e a expulsão de camponeses da terra também se intensificaram, tornando-se cada vez mais sangrentas a luta pela terra no Brasil. No centro do conflito estão a disputa por poder, o acúmulo de capital e a propriedade fundiária da terra, em um país que historicamente tem como principal característica a concentração fundiária e a desigualdade social, não é de admirar que as disparidades sociais e econômicas sejam gritantes.

O antagonismo no campo brasileiro, marcado pela aliança entre capital e Estado (Martins, 1990) e pela concentração fundiária, evidencia ainda mais a situação de



desigualdade social no acesso à terra no Brasil, problema que se estende desde o Brasil Colônia e que ocorre em todo território nacional, na qual beneficia uns (capitalistas) em detrimentos de outros (camponeses). Nesse contexto, os conflitos fundiários fazem parte da própria história da população brasileira e também dos tocantinenses, que lutam pela terra da esperança, da vida e da igualdade.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tocantins, foi o último estado criado no Brasil, possui uma diversidade social, econômica, cultural e natural que desperta interesses político-econômico nacionais e internacionais. É um território que está localizado em áreas de expansão da fronteira agrícola, inclusive, todos os 139 municípios tocantinenses fazem parte do projeto MATOPIBA<sup>4</sup> (composto por áreas de quatro estados: Maranhão, Tocantins, Piauí e Pará), voltado especialmente para o agronegócio. Antagonicamente, o conflito agrário também tem sido uma realidade vivenciada por muitos grupos sociais (indígenas, posseiros, assentados, ribeirinhos, quilombolas) que compõem o campesinato local e lutam pela terra de trabalho, encorajados, pelo sonho de uma vida melhor e por melhores condições de vida para si e familiares.

Portanto, trata-se de um área composta por múltiplos territórios, que são disputados de diferentes maneiras e por diferentes sujeitos. E como nos lembra Raffestin (1993), o território é concebido como uma produção a partir do espaço, com base nas relações de poder exercidas entre pessoas ou grupos, e essas relações de poder estão intrínsecas em todas as relações sociais. Raffestin (1993, p. 143-144) destaca que,

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O

---

<sup>4</sup> O Matopiba é uma região formada pelo estado do Tocantins e partes dos estados do Maranhão, Piauí e Bahia, onde ocorreu forte expansão agrícola a partir da segunda metade dos anos 1980 especialmente no cultivo de grãos. O nome é um acrônimo formado pelas siglas dos quatro estados (MA + TO + PI + BA). A delimitação do Matopiba, foi oficializado em decreto (Nº 8.446, de 6 de maio de 2015) pela Presidência da República, em 2015. É uma região que compreende 337 municípios em 31 microrregiões geográficas, que somam cerca de 73 milhões de hectares. (<https://www.embrapa.br/tema-matopiba/sobre-o-tema>) Acesso em 23. Ago. 2021.



espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144)

Nesse caso, a área de estudo possui também diferentes territorialidades, essas “refletem a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral” (Rffestin, 1993), pois as relações de poder existem em todas as dimensões da sociedade, sejam elas políticas, econômicas, sociais ou culturais. E no Norte do Tocantins, essa relação ocorre também na zona rural. Pois, o conflito agrário ainda é uma realidade vivenciada por diversos grupos sociais locais, dentre eles os camponeses-posseiros, as quebradeiras de coco babaçu, os indígenas, os quilombolas e também os ribeirinhos e, no fim a grande questão gira em torno de interesses capitalistas e na luta pela terra.

Situação que ocorre em toda a área que compõe a região norte do Tocantins, composta pelas Regiões Geográficas Imediatas de Araguaatins, Araguaína, Tocantinópolis e Colinas, localizadas na Região Geográfica Intermediária de Araguaína, e que mostra o quão contraditório é, o acesso a terra. Ainda mais, quando se leva em consideração que a principal característica da estrutura fundiária brasileira, é a concentração de terras e a desigualdade social (Oliveira, 1994).

Na área de estudo ocorre também uma presença forte do agronegócio seja no ramo da produção de *commodities*, com a soja por exemplo, ou pela produção de eucalipto relacionado a silvicultura, ou ainda pela pecuária, com a criação de gado. Em todos esses ramos ocorre o uso de alta tecnologia, que vão desde a utilização de máquinas de última geração até mesmo ao emprego de sementes e insumos, geneticamente modificados. A este respeito, Fernandes (2013, p. 217) pontua que “o agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo; agora não concentra e domina apenas a terra, mas, também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento”.

O agronegócio escancara ainda mais as desigualdades sociais presentes no campo, e no caso do Tocantins, isso fica ainda mais evidente quando se toma como referência o município de Campos Lindos (TO), criado para sediar o maior projeto agrícola da área de estudo (denominado Projeto Agrícola Campos Lindos). Segundo Lopes e Suzuki (2019) tal projeto foi implantado na década de 1990, pelo então governador Siqueira Campos, que desapropriou terras de comunidades locais tradicionais que viviam no território há várias gerações e doou a terceiros (amigos, políticos, empresários, para citar alguns). O fato resultou em conflitos, reivindicações, organização político-social e luta por parte da



população, pois grande parte dos camponeses que usavam a terra para o sustento familiar, foram desapropriados. Algumas famílias só conseguiram voltar para suas terras, devido um estudo antropológico elaborado com apoio do Ministério Público Federal<sup>5</sup> que comprovou que se tratava de povos tradicionais, que viviam a várias gerações no território.

A partir do referido estudo, foi proposto um termo de ajustamento de conduta entre os plantadores de soja e as comunidades campolindense. Além disso, tal estudo mostrou que o conflito envolvendo os diferentes grupos sociais locais (sem terras, posseiros, pequenos produtores) e os produtores de soja na região tem impactado diretamente os modos de vida das comunidades locais (Relatório Antropológico, MPF, 2014). A justificativa para tal projeto de produção voltada para o agronegócio, pautava-se em um discurso desenvolvimentista, voltado para a modernização da agricultura, porém, sem levar em consideração a população local. Tanto é, que o referido relatório mostra que foram desapropriadas noventa e quatro (94) famílias, dessas, somente trinta e cinco (35) eram tradicionais, e as demais seguem lutando pela terra de trabalho que outrora tinham, e que agora a maioria trabalha assalariada nas grandes propriedades rurais ou moram na cidade, conforme relatou um camponês campolindense.

Campos Lindos traz à tona a aliança entre capital e estado (a própria desapropriação na década de 1990 evidencia essa situação). Dentre as empresas que estão no referido município, tem as multinacionais Bunge e a Cargill<sup>6</sup>, que compram quase toda soja produzida no território campolindense.

O município de Campos Lindos (TO), tem cerca de 10 mil habitantes segundo as últimas estimativas feitas. A Tabela 1 mostra que houve um crescimento intenso na produção de soja no referido município de 2009 a 2018, o que demonstra que a expansão da fronteira agrícola já ocorre em todo território tocantinense. O ano em que mais se plantou e colheu soja por hectare foi em 2014 com 72.7000 toneladas, seguidas do ano de 2015 (72.7000 toneladas) e 2019 com 69.100 toneladas. No que se refere a quantidade produzida em toneladas, o 2014 (232.140 toneladas) e 2015 (220.660 toneladas) foram os que mais se destacaram.

---

<sup>5</sup> Disponível em: [https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2018/06/TO\\_MPF\\_Relat%C3%B3rio-antropol%C3%B3gico.pdf](https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2018/06/TO_MPF_Relat%C3%B3rio-antropol%C3%B3gico.pdf). Acesso em: out. 2021.

<sup>6</sup> Dados levantados em um dos trabalhos de campo realizado no município de Campos Lindos em janeiro de 2020.



Tabela 1 - Produção de soja em Campos Lindos (TO) de 2010 a 2019

Ano	Soja		
	Área plantada (hectare)	Área colhida (hectare)	Quantidade produzida (toneladas)
2010	48.000	48.000	134.400
2011	53.000	53.000	164.300
2012	53.500	53.500	166.920
2013	67.800	67.800	213.570
2014	73.000	73.000	232.140
2015	72.7000	72.7000	220.660
2016	66.100	66.100	198.390
2017	40.500	69.012	128.790
2018	67.000	67.000	213.060
2019	69.100	69.100	227.700

Fonte: Sidra base de dados do IBGE (tabela nº, 1612). Org. REINALDO, Batista Reinaldo, 05/04/2021.

A produção de soja em Campos Lindos é exportada, e insere-se diretamente na mundialização da agricultura, por meio da monopolização do território e da territorialização dos monopólios. Oliveira (2012, p. 1) explica que,

A mundialização atua na agricultura através dos processos de territorialização dos monopólios e monopolização dos territórios. O primeiro atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária. O segundo é desenvolvido pelas empresas de comercialização e de processamento industrial, que sem produzir no campo, podem controlar fazendeiros capitalistas e camponeses através de mecanismos de subordinação (OLIVEIRA, 2012, p. 1).

Além da produção de *comodities*, a pecuária é outra atividade que tem uma ligação direta com o mercado mundial. Silva (2017, p. 200), explica que na região norte do Tocantins, “As agroindústrias passam a ter maior expressividade com os frigoríficos localizados em Araguaína e nos municípios limítrofes como Nova Olinda (ao sul) e Wanderlândia (ao norte) beneficiando a produção, sobretudo visando exportação”. A comercialização ocorre também em uma escala nacional e local. Ademais, os laticínios e os curtumes também se inserem na lógica capitalista e compõem as atividades ligadas ao ramo da pecuária. O pesquisador tocantinense, explica que

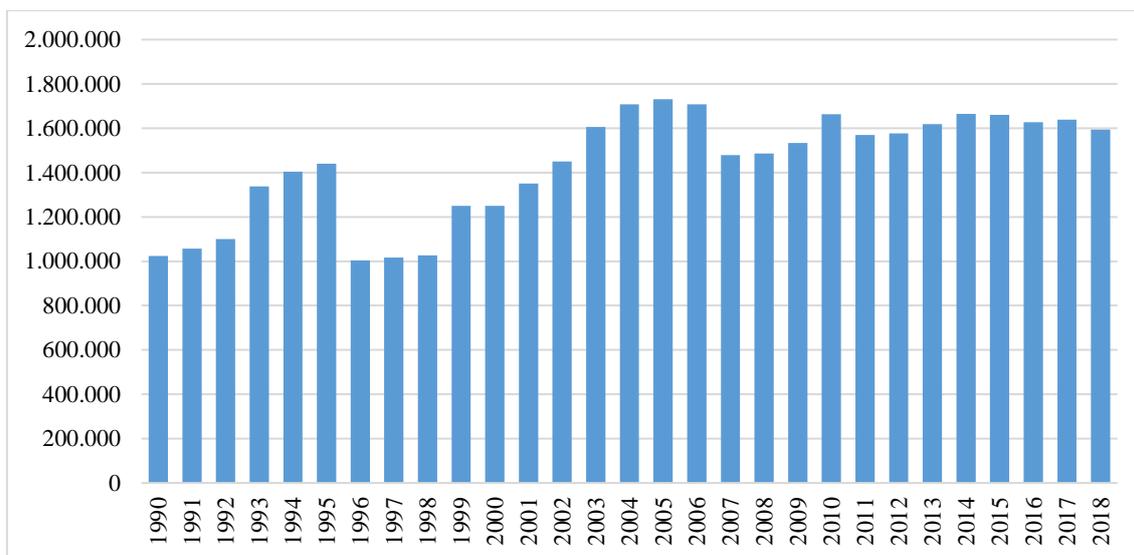
São agroindústrias: (Minerva S.A, Másterboi, Boiforte e Associação do Comércio e Varejo de Carnes Frescas de Araguaína - Assocarne); laticínios (Biana, Asa Agroindustrial, Leitbom S.A., Filadélfia Indústria e Comércio de Laticínios); curtumes (Durlicouros, e Tocantins curtimento de couro LTD);



nutrição animal (Premix, Agromaster, Nitrosal, Agrocarn, Suzuki); extração do colágeno do bovino (Gelnex). (SILVA, 2017, p. 2000)

A partir de um levantamento feito na base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi possível observar o crescimento da pecuária na área de estudo, sobretudo ao analisar o efetivo de rebanho de 1990 a 2018 exposto no Gráfico 01. Observa-se que houve um crescimento paulatino ao longo dos anos. Todavia, nos anos de 1990, 1997, 1998 e 1999 foram os anos que tiveram um efetivo menor de bovinos, quando comparado aos outros anos. O ano com o maior percentual de bovinos foram 2004, 2005 e 2006 ficando com uma média entre 1.600.000 e 1.800.000 cabeças de gado. Situação que demonstra que a pecuária ainda é um elemento forte no norte do Tocantins. Silva (2017) inclusive mostra com precisão que boa parte desse rebanho, após o abate é destinado ao Oriente Médio.

**Gráfico 1** – Efetivo de rebanho bovino na região geográfica Intermediária de Araguaína-TO, no norte do estado do Tocantins



Fonte: Censo agropecuário, IBGE.

A partir da elaboração do gráfico exposto 01 e com base na pesquisa de Silva (2017) é possível destacar que a pecuária insere-se diretamente na lógica global, e faz parte como uma atividade econômica forte na expansão da fronteira agrícola no norte tocantinense. O autor explica que

A pecuária de exportação tem o Oriente Médio como principal mercado consumidor, destino de mais que metade da produção, com relevância para



Egito e Irã, consumidores de 38%; já no MERCOSUL, Venezuela e Chile são responsáveis pela participação de 18,5% do bloco econômico; há ainda consumidores na Europa Oriental, com proeminência para o mercado russo, África e Ásia. (SILVA, 2017, p. 2002)

É importante pontuar que o gado, é um dos elementos que tem uma relação direta com a própria reorganização territorial no Norte do Tocantins. Velho (2009), explica que a chegada das atividades agropastoris na região esteve diretamente ligada a expansão da pecuária pelo território nacional. E que boa parte da frente pecuarista que chegou na região (séc. XVIII) era oriunda do Maranhão, sobretudo de Pastos Bons. Essa expansão pelo território tocantinense (ná época Norte Goiano) ocorria movido pelo interesse de expandir a criação de gado, ocupando novas áreas. Situação que gerava também conflitos com os residentes do lugar, sobretudo com os povos originários. Nesse caso, é importante salientar que o conflito agrário, é um elemento que faz parte diretamente da realidade dos diferentes grupos sociais da área de estudo.

Os conflitos segundo Martins (1981) estão diretamente ligados a luta pela terra e pelo seu uso, seja na terra enquanto terra de trabalho (usada para trabalhar, para se sustentar e sustentar a família) seja na terra de exploração, usada para explorar o trabalho do outro nas mais variadas formas possíveis, as quais estão no sio do modo de produção capitalista. No norte do Tocantins o conflito agrário é uma realidade que tem acompanhado os diferetnes grupos sociais que compõem o campesinato local. Nesse caso, concorda-se com Shanin (1979, p. 228) ao afirmar que “o campesinato é ao mesmo tempo uma classe social e um ‘mundo diferente’ que apresenta padrões e relações sociais distintas, conhecido também como modos de vida”.

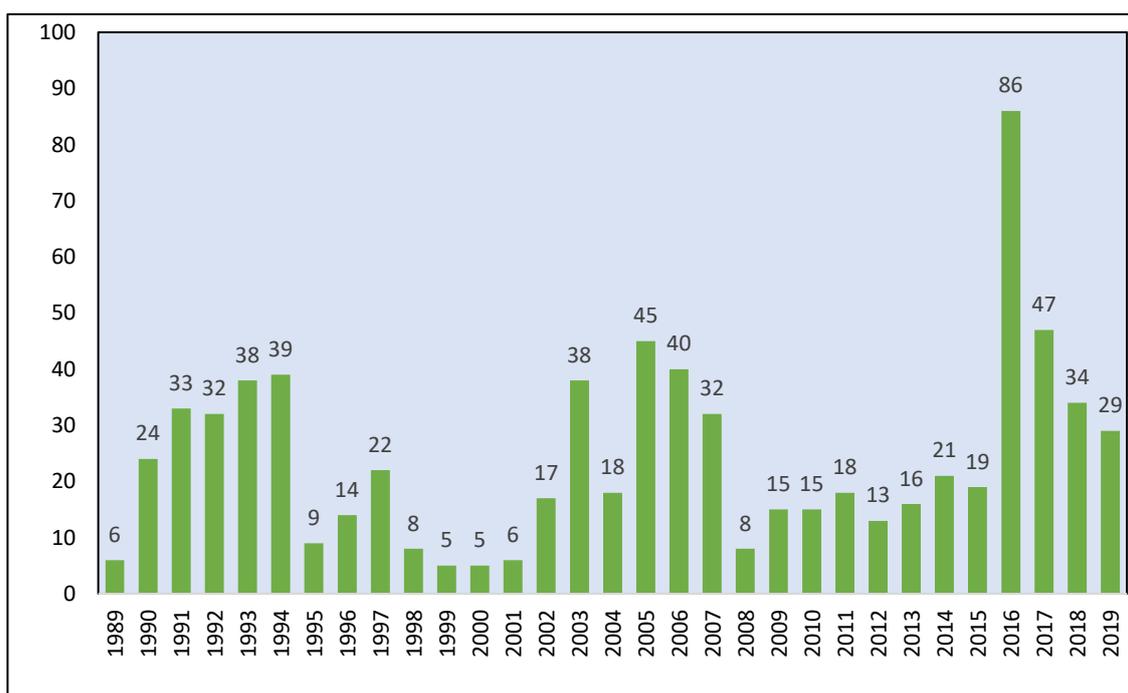
Os conflitos agrários em todo o território tocantinense ocorrem, e revelam o quão contraditório é o modo de produção capitalista, que beneficia uns (latifundiários empresários, donos dos meios de produção) em detrimento de outros (camponeses, trabalhadores rurais e populações em geral que ficam a margem do sistema capitalista). No caso do norte do Tocantins, isso fica evidente quando Lopes (2009) expõe os casos de perseguição a lideranças de movimentos sociais ou outras pessoas que estejam diretamente engajadas na luta pela terra de trabalho. E quando Oliveira (1991) mostra o apoio do Estado para com as empresas nacionais e estrangeiras que queriam investir na Amazônia Legal, na segunda metade do séc. XX, ou ainda quando houve a



desapropriação de diversas famílias camponesas em Campos Lindos na década de 1990, para doar as terras a terceiros, e destiná-las ao agronegócio (Lopes, Suzuki, 2019). Uma realidade antagônica que mostra claramente a aliança entre capital-estado (Martins, 1981).

Infelizmente é comum os casos de conflitos agrários em todo território tocantinense, e tais dados podem ser demonstrados no Gráfico 02, elaborado com base nos Cadernos da Comissão da Pastoral da Terra (CPT). No referido gráfico é possível observar que 2016 foi o ano em que mais houve conflito por terra no Tocantins com um total de 86 casos registrados. Em seguida vêm 2017, com 47 notificações; 2005, com 45; 2006, com 40; 1994, com 39; 1993, com 38; 1991, com 33; 1992, com 32; 2019, com 29. Os anos com menos conflitos registrados foram 1999 e 2000, com 5 casos cada um. Em seguida vêm 1989 e 2001, com 6 casos.

**Gráfico 2 - Conflitos por terra no Tocantins de 1989 a 2019**



Fonte – Cadernos da CPT, de 1989 a 2019.

É importante pontuar que o número de conflitos pode ser bem maior que os demonstrados no gráfico acima, pois muitos casos de violência não são denunciados e não chegam a ser devidamente registrados. Além disso, ocorre que tais conflitos podem envolver desde a violência física à psicológica. Muitos acontecem também nas disputas jurídicas, que envolvem questões ligadas a terra e os territórios dos diferentes grupos



sociais locais. Essa situação traz à tona, a face contraditória do capitalismo. E corrobora diretamente para compreensão do antagonismo presente na expansão da fronteira agrícola, como elemento que colabora diretamente para o aumento dos conflitos agrários em todo território da Amazônia Legal.

A fronteira agrícola, está estreitamente relacionada a própria modernização da agricultura e tecnificação do/no campo, marcada também pela presença forte do agronegócio e da própria mundialização da agricultura. Além disso,

A fronteira agrícola capitalista brasileira é um processo social que reflete e condiciona a (re)produção de um espaço geográfico através da incorporação de terras e mão de obra em áreas selecionadas pelas forças sociais representantes do processo de reprodução do capital em direção a espaços até então periféricos e marginalizados. (SILVA, 2006, p.2)

Machado (1995) explica que não se trata de um conceito fechado e sim de um entendimento sobre o processo, em que o pioneiro é visto como aquele que induz o novo (formas de ocupação e usos do solo) a partir das relações ampliadas do capital.

Dentre os grupos sociais que têm sido impactado diretamente com a expansão da fronteira agrícola na área de estudo, podemos citar as comunidades indígenas, quilombolas, posseiros, assentados, ribeirinhos e as quebradeiras de coco babaçu. Essas, se organizam via associação para manterem seus modos de vida e garantir o acesso aos babaçuais (Brito e Almeida, 2017). O conflito é uma realidade presente na vida dessas mulheres que usam a lida com o coco para sustentar a família. A extração do coco babaçu é uma tradição passada entre gerações, e que já foi motivo de muitos conflitos na região nacionalmente conhecida como Bico do Papagaio, em que essas mulheres tiveram que se organizar coletivamente para resistir e enfrentar fazendeiros que queriam proibir a coleta do coco em suas propriedades.

Por meio da coletividade, muitas quebradeiras de coco babaçu se organizaram em associações agroextrativistas, resultando na criação da Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUBIP) em 1992. Além disso foi fundado em 1995 o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), cuja bandeira de luta era o acesso livre aos babaçuais e a preservação ambiental. Para se chegar a essa organização coletiva, haviam muitas reuniões entres as diferentes comunidades que coletavam o coco babaçu. Se naquele momento, essa resistência se deu também devido ao conflito com pecuarista, na atualidade a luta se dá também frente as grandes produções



de soja e eucalipto, que tem sido alastrado por boa parte da área de transição entre os biomas Cerrado e Amazônia.

Os conflitos no norte do Tocantins, não se restringem as Quebradeiras de Coco Babaçu, mas a todos os grupos sociais que compõem o campesinato local, e que precisam resistir em defesa dos seus territórios camponeses<sup>7</sup>. Existe ainda a presença de jagunços que perseguem e ameaçam diversos camponeses, inclusive os camponeses-posseiros do Acampamento Gabriel Filho<sup>8</sup> em Palmeirante Tocantins (Reinaldo e Oliveira, 2020). No caso, específico desta comunidade, já houveram casos de agressão física e até mesmo morte de camponeses.

Ambos exemplos (Quebradeiras de Coco Babaçu, Acampamento Gabriel Filho) contribuem diretamente para pensarmos na dimensão da resistência, elemento tão importante na luta pela terra e em defesa dos territórios na área de estudo. Nesse caso, parte-se da concepção de Fabrini (2007), que afirma que a resistência vai além do envolvimento com os movimentos sociais, mas estão relacionadas também aos modos de vida, relação de vizinhança, respeito e trabalho coletivo. Nesse caso,

É possível verificar entre os camponeses um conjunto de relações assentadas no território que se erguem como resistência à dominação do modo de produção capitalista. A produção para autoconsumo, autonomia e controle no processo produtivo, a solidariedade, relações de vizinhança, os vínculos locais, dentre outros, são aspectos deste processo. Este processo de construção da resistência dos camponeses a partir de forças do território apresenta um conjunto de desdobramentos econômicos, políticos, culturais, etc. Por isso, há que se atentar para estas práticas, pois poderão ser somadas a outras lutas no processo de construção dos enfrentamentos à ordem dominante, expropriatória e desumana (FABRINI, 2007, p. 9).

Dentre as resistências encontradas na área de estudo, pode-se citar o apoio dos movimentos sociais, dentre eles a Comissão da Pastoral da Terra, sede de Araguaína (TO), órgão que acompanha a maioria dos conflitos territoriais no Tocantins, sobretudo na região norte do estado. A APA-TO (Ong criada em 1992)<sup>9</sup>, que colabora diretamente com a organização coletiva das Quebradeiras de Coco Babaçu, e reúne representantes do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadores rurais do Tocantins e da Comissão da Pastoral da Terra. Ou ainda pelo apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura

---

<sup>7</sup> Território camponês “entendido como *fração* ou como *unidade* é o sítio, o lote, a propriedade familiar ou comunitária, assim como também é a comunidade” (Fernandes, 2012, p. 744).

<sup>8</sup>

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.apato.org.br/>. Acesso em 23 de outubro de 2021.



do Estado do Tocantins (FETAET) e em outras instituições ligadas aos movimentos sociais.

A interdição das rodovias é outro elemento de enfrentamento no processo de resistência local, a manchete evidenciada no site Mapa de Conflitos<sup>10</sup>, mostra de forma incisiva os conflitos e as necessidades dos povos originários, frente ao avanço do agronegócio sobre seus territórios. Além disso, a interdição da Rodovias (mostrada na manchete) leva-nos a entender essa prática como um elemento de resistência e também de insatisfação. Os espaços de fala na universidade, sobretudo na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), especialmente durante algum evento, evidencia também a resistência e a importância de conhecermos a realidade vivenciada pelos diferentes grupos sociais do norte do Tocantins. Populações que resistem e que lutam diariamente por melhores condições de vida e de trabalho, frente a expansão capitalista sobre seus territórios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa pesquisa foi possível perceber que a expansão da fronteira agrícola tem contribuído diretamente para a intensificação dos conflitos agrários na região norte do Tocantins. Muitas famílias camponesas têm sido expropriadas de suas terras de trabalho, para dar espaço a produção de monoculturas, como por exemplo a soja e até mesmo o eucalipto, essas para serem plantadas desmatam uma área relativamente extensa de vegetação nativa, provocando problemas ambientais e sociais.

Além da soja e do eucalipto, a pecuária tem feito parte das atividades relacionadas ao agronegócio e a expansão da fronteira agrícola na área de estudo, entrando também na lógica global, já que boa parte da carne bovina produzida na região é exportada para o Oriente Médio. Por outro lado, os conflitos socioterritoriais têm ocorrido de uma maneira ainda mais incisiva no campo<sup>11</sup>, algo que os cadernos da CPT tem mostrado ao longo do tempo. Uma situação contraditória, pois de um lado tem uma minoria que concentra grande parte das terras tocantinenses (empresários e latifundiários), e do outro famílias camponesas que usam a terra para o sustento, e que precisam lutar e resistir para terem

---

<sup>10</sup> Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/to-territorio-apinaje-ameacado-por-projetos-hidreletricos-do-plano-de-aceleracao-do-crescimento-pac/>

<sup>11</sup> Dados observados nos Cadernos de Conflitos da Comissão da Pastoral da Terra.



acesso a terra ou para permanecer nela. As quais, muitas vezes sofrem todo tipo de violência, e que precisam se organizarem politicamente e coletivamente para defenderem suas terras e territórios.

Essa realidade tão antagônica e desigual corrobora para repensar a própria fronteira, que de fato requer um esforço e uma discussão mais profunda por parte de estudiosos do tema. Sobretudo quando pensamos nos espaços fronteiriços do norte do Tocantins, onde a fronteira agrícola com todo seu arsenal tecnológico aliado à modernização da agricultura, tem chegado com força, monopolizando os territórios e colocando em risco as comunidades locais.

Os grupos sociais locais (Quebradeiras de Coco Babaçu, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, assentados, posseiros) que coletivamente lutam enquanto classe camponesa, para resistir frente o avanço do capitalismo e da fronteira agrícola sobre seus territórios, resistem como podem. Essa resistência ocorre muitas vezes por intermédio dos movimentos sociais, como a CPT, APA-TO, FETAET, indo de fato para o embate (interditando estradas, ocupando prefeituras), ou ainda permanecendo nos seus lugares de vivência, mesmo sob constante ameaça e risco de violência. Pois, ao mesmo tempo que o conflito intimida, também desperta a sede de luta dessas famílias, que sonham em ter uma vida melhor, e uma terra para sustentar a si e a seus familiares com dignidade e esperança.

## REFERÊNCIAS

BECKER, Berta K. **Amazônia**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1994.

BECKER, Berta K. **Geopolítica da Amazônia a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BECKER, Bertha K. In. \_\_\_\_\_. VIEIRA, Ima Célia Guimarães. (Org). **As Amazonas de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica**. Volume 1. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

BECKER, Bertha K. Significância contemporânea da fronteira\*Uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In. \_\_\_\_\_. VIEIRA, Ima Célia Guimarães. (Org). **As Amazonas de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica**. Volume 3. Rio de Janeiro: Garamond, 2015a.

BRITO, Eliseu Pereira de; ALMEIDA, Maria Geralda de. Sentido e organização do trabalho das quebradeiras de coco no Bico do Papagaio, Tocantins. **Geosul**, Florianópolis, v. 63, n. 32, 2017, p.230-248.



BRITO, Eliseu Pereira de. **Itinerários de uma identidade territorial na invenção do ser tocantinense**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Cadernos de Conflitos no Campo**. Centro de Documentações Dom Tomás Balduino. Expressão Popular. SP, 1985-2019.

FABRINI, João Edmilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais João. **Revista NERA** Presidente Prudente Ano 10, nº. 11 pp. 8-32 Jul.-dez./2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 173-278.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Território Camponês**. In: Caldart, R. S., Pereira, I. B.; Alentejano, P. & Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular. 2012. pp. 744-748.

FERRARI, Maristela. As noções de fronteira em Geografia. **Perspectiva Geográfica**, Cascavél, PR, V.9, N.10, 2014.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

LOPES, Alberto Pereira. **Escravidão por dívida no Norte do Tocantins: vidas fora do compasso**. São Paulo: USP, 2009. 317 f. Tese (Doutorado)

MACHADO, Lia Osorio. A fronteira agrícola na Amazônia Brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, IBGE, v. 54, n. 2, abr./jun., p. 27-55, 1992.

MACHADO, Lias Osorio. A fronteira Agrícola na Amazônia brasileira. In:\_\_\_\_.CHRISTOFOLETTI, *et al.* (Orgs).**Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Hucitec, 1995, p. 181-217.

MARTINS, José de Souza. Fronteira. **A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 2009.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**: Revista de, São Paulo, USP, v.8, n. 1, p. 25-70, maio 1996.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 2º ed, São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

Ministério Público Federal. **Relatório antropológico**: Situação das comunidades de camponeses da Serra do Centro (Campos Lindos-TO). Palmas, 24 de março de 2014. Referência: IC 08127.000074/97-82 (PRM-Araguaína). Disponível



<[https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2018/06/TO\\_MPF\\_Relat%C3%B3rio-antropol%C3%B3gico.pdf](https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2018/06/TO_MPF_Relat%C3%B3rio-antropol%C3%B3gico.pdf)> . Acesso em outubro de 2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização da agricultura brasileira. XII Colóquio Internacional de Geocrítica. Bogotá, 7 a 11 de mayo de 2012. Disponível em < <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>> Acesso em outubro de 2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1991.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia Amazônias**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2005.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Editora brasiliense, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

Reinaldo, T. B., & de Oliveira, A. M. (2020). A fronteira agrícola e os conflitos territoriais no Norte do Tocantins (Brasil). *Revista Campo-Território*, 15(39 Dez.), 197 - 222. <https://doi.org/10.14393/RCT153912>

SHANIN, Teodor. *Campesinos y sociedades campesinas*. México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

SILVA, Roberto Antero da. Centralidade urbano-regional da pecuária de Araguaína-TO: a capital do boi gordo? **Revista de Geografia (Recife)** V. 34, No. 2, 2017.

SUZUKI, Júlio César; LOPES, Alberto Pereira. **A nova fronteira e a territorialização do capital: conflitos, segregação e resistência dos trabalhadores do campo**. In:\_\_\_\_\_. SUZUKI, Júlio Cesar *et al* (Orgs). *Geografias tocantinenses e outras leituras*. São Paulo: FFLCH/USP, 2019, p. 11-28.

SILVA, Carlos Franco da Silva. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton et al. *Território, territorius: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 282-312.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. A Fronteira agrícola capitalista da soja na Amazônia. **Revista da Sociedade Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 1. n. 1, p. 2006.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frete de expansão e estrutura agrária estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia**. Rio de Janeiro, 2009.

WELCH, Clifford Andrew. **Conflitos no campo**. In: Caldart, R. S., Pereira, I. B.; Alentejano, P. & Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular. 2012. pp. 141-149.